

- Comissão do Trabalho da Câmara debate Relações de Trabalho

Audiência Pública debate Relações de Trabalho na CTASP

Audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara debateu as Relações de Trabalho no Brasil e no Mundo. Convidados para o evento representantes da CNI, USP e Dieese.

José Pastore, professor de Relações do Trabalho, da Universidade de São Paulo, teceu um panorama positivo da atual situação econômica do Brasil com crescimento do emprego, crescimento explosivo de alguns setores como o da construção civil e o de serviços, crescimento do trabalho dos deficientes, queda do desemprego, redução do trabalho infantil. “Mas tudo isto não significa que resolvemos todos os problemas de trabalho no Brasil”, disse.

Segundo ele, os jovens têm dificuldades de emprego. A taxa de desemprego nesse setor é três vezes maior do que a do desemprego comum. Sugeriu à Comissão de Trabalho a iniciativa de legislação sobre contrato de trabalho de jovens com idade entre 12 e 18 anos, egressos de cursos técnicos. Para esses contratos haveria redução de metade dos encargos sociais. Seria bom para todos, para a empresa que reduziria gastos com mão-de-obra, para o jovem por ter seu 1º emprego, e para governo que ganharia com mais contribuição previdenciária.

Demonstrou preocupação com os 50% da força de trabalho fora da proteção dos direitos trabalhistas, na informalidade. Sugeriu o SIMPLES trabalhista como forma de redução de encargos.

Para a questão da terceirização trouxe outra sugestão importante. Propôs a criação de legislação sobre o tema. Para ele o dilema maior está no enunciado 331 que proíbe a atividade-fim.

A terceirização não deve permitir a precarização do trabalho. Há que se criar mecanismos com vistas a estimular obediência à lei, e penalizar pesadamente seu descumprimento. Defendeu a responsabilidade subsidiária para as empresas que obedecerem e monitorarem a legislação, e responsabilidade solidária para as outras.

Emerson Casali, gerente-executivo da Unidade de Relação Trabalhista e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria – CNI, iniciou lembrando que a legislação trabalhista brasileira é a mesma desde década de 40, sendo aplicada para vários tipos de atividades laborais, tanto para trabalhador no setor rural, num canto longínquo do país, até a um pesquisador de alta tecnologia em TI em São Paulo – e o empregador tem que encaixar as normas nestas peculiaridades.

panel

■ CME – Criação de subcomissões

A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara aprovou requerimentos criando três subcomissões para tratar dos seguintes temas: 1) questões relativas aos royalties do petróleo e à participação especial sobre recursos oriundos da exploração mineral – autoria dos deputados José Otávio Germano (PP/RS) e Simão Sessim (PP/RJ); 2) política nacional relativa ao pré-sal – autoria dos deputados Simão Sessim e Fernando Jordão (PMDB/RJ); 3) eficiência energética – autoria dos deputados Arnaldo Jardim (PPS/SP) e Carlos Zarattini (PT/SP).

■ Código Florestal - Câmara

A Comissão de Meio Ambiente (CMADS) também aprovou requerimento para debater a reforma do Código Florestal (PL 1876/99). Serão ouvidos o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), autor do substitutivo aprovado em 2010 na CESP que debateu o tema, o Dr. Luis Carlos Silva de Moraes, Procurador da Fazenda Nacional em São Paulo, André Lima, advogado especializado em direito ambiental, e o ex-deputado Edson Duarte, que participou no ano passado dos debates na CESP.

Segundo ele quando a legislação não acompanha a realidade torna-se ultrapassada, muito onerosa e ineficiente, causando insegurança jurídica, informalidade, e perda de competitividade. Respondeu a própria indagação, será que é fácil cumprir a legislação trabalhista no Brasil?

Deixou para análise, quando citou a parte burocrática da legislação vigente no Brasil, só na parte trabalhista, que são 67 artigos na CF, 14 artigos no ADCT, 922 artigos na CLT, 11 no Código Penal, 193 no Código Civil, 95 convenções da OIT ratificadas, 8 súmulas vinculantes, 145 súmulas no STF, 387 orientações jurisprudenciais vigentes no TST, mais de 200 portarias emitidas pelo Ministério do Trabalho, só este ano - e estamos em março. "Isto gera um ambiente inóspito a própria relação de trabalho, inóspito a geração de emprego", criticou. Cada vez mais há uma preocupação, pois hoje há vários estados subsidiando a importação e tarifando muito o nosso produto.

Concordou com o professor José Pastore sobre necessidade de regular a terceirização. "Há um desafio grande para o futuro que passa pela boa regulação trabalhista.

Segundo ele, a legislação trabalhista gera muito conflito, falta de diálogo, e excesso de regulação. Por fim, falou sobre o custo do trabalho que tem crescido muito pelo aumento dos salários, dos benefícios, da burocracia, que afeta a produtividade e o investimento. O seguro desemprego deveria ser associado à obrigatoriedade de qualificação do desempregado.

Clemente Gaz, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos **DIEESE**, concordou em parte com a fala de seus antecessores, de que a atualização da legislação trabalhista é necessária e deve ser uma das prioridades da Comissão, levando em consideração as mudanças pela modernização dos processos produtivos e a segurança jurídica para trabalhadores e para as empresas. Concordou que a regulamentação da terceirização deva ser discutida pela Câmara, sem precarização do trabalho. Defendeu a redução da jornada de trabalho, a negociação coletiva para os trabalhadores do setor público.

Criticou a alta rotatividade da mão-de-obra no Brasil, pelo motivo de dispensa dos trabalhadores pelas empresas, de alguns setores, sem um motivo relevante. Defendeu a aprovação da convenção 158-OIT dizendo não se tratar de estabilidade, mas sim de regular a dispensa imotivada.

Criticou o atual modelo da carteira de trabalho, que não permite registros de tempo de trabalho menores, e intercalados, sendo a empresa obrigada a fazer vários registros de recontração.

Deputado Silvio Costa (PTB/PE), presidente da Comissão de Trabalho disse que solicitou a realização da audiência para que a sociedade civil, ali representada se posicionasse sobre temas relevantes para a CTASP, já que pretende colocar em pauta matérias como, terceirização, convenção 158-OIT, previdência complementar dos servidores públicos, e aperfeiçoamento da CLT.

painel

■ CMADS – Plano de trabalho

A Comissão de Meio Ambiente (CMADS) da Câmara aprovou requerimento de seu presidente, deputado Giovani Cherini (PDT/RS), que propõe um plano de trabalho para a Comissão.

Entre as propostas para o ano de 2011 está a realização de audiência pública, na próxima terça-feira (22), em comemoração ao Dia Mundial da Água, com a presença de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), das ONGs WWF e SOS Mata Atlântica, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da CNA.

Além disso, serão realizadas audiências públicas para debater os seguintes temas, entre outros: Código Florestal, amianto, energias alternativas, usinas hidrelétricas e avaliação ambiental estratégica.

■ Audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado aprovou hoje requerimento da Senadora Ana Amélia (PP/RS) para realização de Ciclo de Debates sobre os entraves ao Desenvolvimento Regional. A CNI e a FIERGS serão convidadas a participar das discussões.

Debateram também a matéria trabalhista, os deputados presentes: Alex Canziani (PTB/PR), Augusto Coutinho (DEM/PE), Laércio Oliveira (PR/SE), Ronaldo Nogueira (PTB/RS), Roberto Balestra (PP/GO), Walney Rocha (PTB/RJ), Eudes Xavier (PT/CE), Mauro Nazif (PSB/RO), e Policarpo (PT/DF).

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Vladson Bahia Menezes | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.